

**SALA DE RECURSO: espaço adicional às pessoas com habilidades específicas**

*Patrícia Vilela dos Santos Faria (G-UEMS)*  
*Dra. Doracina Aparecida de Castro Araujo (UEMS)*

**RESUMO**

A sala de recursos é um processo de ensino/aprendizagem para alunos com deficiência, a fim de que os mesmos tenham um atendimento diferenciado do ensino comum e assim um melhor desenvolvimento do educando para os estudos. Este trabalho de pesquisa de campo é resultado da minha monografia defendida junto ao curso de Especialização da UEMS de Paranaíba, o qual me deu embasamento, para desenvolver este artigo. O ciclo de pesquisa foi realizado com vistas a obter respostas para as seguintes questões: Qual a função da sala de recursos na proposta de educação escolar inclusiva? A legislação que norteia a criação das salas de recursos é clara e favorece sua implementação nas escolas? A sala de recursos criada em uma escola no município de Paranaíba atende aos princípios legais e as necessidades dos alunos com deficiência das escolas? Trata-se de uma pesquisa voltada para a abordagem qualitativa e com dados levantados nos documentos e nas entrevistas, visto que considere a importância da entrevista em estudos qualitativos, pois facilita a aproximação com os sujeitos do estudo e com o objeto estudado. Ater-se-á primeiramente a observação do trabalho realizado pelo professor, sua organização e o funcionamento e os materiais utilizados para se trabalhar as especificidades das deficiências. Posteriormente, apresentar-se-á uma análise e alguns questionamentos feitos durante a observação do trabalho realizado pelo professor da sala de recurso. Propor-se-á, finalmente, um estudo voltado para compreender o processo de ensino/aprendizagem da sala de recursos, mas também de oferecer referências de temas para próximos estudos, pois não é possível concluir um estudo com tanta importância como a inclusão escolar.

**Palavras-chave:** sala de recursos. Inclusão. ensino/aprendizagem.

**Introdução**

São milhões de pessoas com deficiências no mundo. Essas diferenças perpassam por aspectos físicos, psicológicos, culturais, sociais, educacionais, cognitivos, entre outros. Essa diversidade provoca discriminação e marginalização entre os seres humanos. As pessoas que fogem aos padrões sociais ideologicamente dominantes são consideradas inferiores. Tal afirmação é constatada principalmente quando se trata de pessoas com qualquer tipo de deficiência, em qualquer local em que viveram e na maioria dos períodos históricos sofreram preconceitos.

A inclusão vem como proposta de transformação social e aponta para uma nova era não somente educacional, mas para toda a sociedade. O sistema educacional vigente tem mantido a divisão entre alunos normais e deficientes e muitas vezes ignoram o subjetivo, o afetivo e desrespeita a diversidade inerente à espécie humana.

Para compreender a ação de criação das salas de recursos proposta nos textos legais, este estudo preocupou-se em responder às seguintes questões: A organização, o funcionamento e os materiais da sala de recursos atendem as especificidades da clientela e da legislação? A sala de recursos que funciona na escola definida para este estudo está cumprindo a função de manter um suporte para os alunos com deficiências? A professora que atua nessa sala tem conseguido realizar um trabalho de apoio aos alunos com deficiências?

A legislação será analisada com a finalidade de verificar em que momento e para que se pensou na criação das salas de recursos. Após essa análise, será iniciada a verificação nas escolas que oferecem aos alunos a sala de recursos. Nestas salas, serão observados o trabalho realizado pela professora, sua organização, funcionamento e os materiais utilizados para se trabalhar as especificidades das deficiências.

A escolha do tema Sala de Recursos foi para compreender o processo ensino/aprendizagem de alunos com deficiências, além de poder conhecer o trabalho que tem sido realizado para incluir as pessoas com deficiências no ensino regular. Deste modo, a pesquisadora pôde entender a importância da inclusão nas escolas e ver se a sala atende aos princípios legais que regem apoio maior aos alunos com necessidades especiais e assim serem incluídos no ensino regular.

Nos estudos realizados foi possível compreender que a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico específico, no qual o professor realiza a complementação curricular, com materiais específicos para atender a necessidade especial de cada aluno.

Em consonância com os documentos legais é possível afirmar que na sala de recursos deve-se trabalhar com diversas deficiências. Esse tipo de trabalho requer profissionais com conhecimento amplo sobre a deficiência, por exemplo, para a pessoa com deficiência visual ter informações sobre o Braille<sup>1</sup> e para a pessoa com surdez, aprender a se comunicar utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)<sup>2</sup>.

Para compreender a inclusão escolar em algumas especificidades, incluindo a sala de recursos, definiu-se por alguns teóricos que tem dedicado seus estudos à temática: Eugênia Augusta Gonzaga Fávero (2007), Luísa de Marilla P. Pantoja (2007) e Maria Teresa Eglér Mantoan (2007). Esses teóricos são eficazes para se compreender melhor o Atendimento Educacional Especializado - AEE nos aspectos legais e nas orientações pedagógicas, assim como a inserção da sala de recursos nessa proposta.

A definição pela abordagem qualitativa foi para compreender o todo a partir de uma realidade estudada, das relações que se estabelecem, da subjetividade que se tem sobre determinado fenômeno. Para Minayo (2004, p. 21-22) esse tipo de pesquisa: “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Desta forma, as pesquisas voltadas para a abordagem qualitativa têm como característica principal o fato de que trilham a tradição compreensiva / interpretativa. Sobre essa afirmação Alves-Mazzotti diz:

[...] essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (2001, p.131).

Para a realização deste estudo foram utilizados alguns procedimentos para coleta dos dados, dentre eles cita-se a observação e a entrevista.

<sup>1</sup> BRAILLE é um sistema de leitura com o tato para pessoas cegas, criado pelo francês Louis Braille, o qual perdeu a visão aos 03 anos, no ano de 1827. Aos 18 anos, tornou-se professor no Instituto de Cegos de Paris. Quando teve o conhecimento do sistema de pontos e buracos criado por um oficial para ler mensagens durante a noite, em lugares perigosos para acender a luz, sendo assim, L. Braille adaptou o sistema, criando o Braille.

<sup>2</sup> A LIBRAS foi sancionada e decretada em 24 de abril de 2002, com o objetivo de a comunidade surda utilizar a Língua de Sinais para se comunicar no cotidiano da vida, ao contrário de muitas pessoas pensam, a Língua de Sinais não são só mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. Mas uma língua com estrutura gramatical própria.

A observação foi importante, pois ela se constituiu em fonte de complementação dos dados, o que proporcionou uma maior compreensão da realidade. Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2001) apontaram algumas vantagens que costumam ser atribuídas à técnica da observação:

- a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite ‘checar’, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para ‘causar boa impressão’; c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial. (2001, p. 164).

A entrevista é importante em estudo qualitativo para verificar as informações contidas na fala dos atores e também como uma complementação de dados. Logo, é relevante que se considere a importância da entrevista em estudos qualitativos, pois facilita a aproximação com os sujeitos do estudo e com o objeto estudado.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas para que uma delas obtenha informações necessárias sobre determinado assunto, por meio da coleta de dados pode-se resolver um problema social.

Esta pesquisa foi realizada com vistas a obter respostas para as seguintes questões: A legislação que norteia a criação das salas de recursos é clara e favorece sua implementação nas escolas? A sala de recursos criada em uma escola no município de Paranaíba atende aos princípios legais e às necessidades dos alunos com deficiência?

A palavra deficiência reporta-se a qualquer indivíduo que necessita de algum auxílio para a realização de atividades, que o impossibilita devido a uma imperfeição física ou mental. Estas pessoas estão amparadas por lei para assegurar sua dignidade moral diante da sociedade que as discrimina pelo fato de terem uma deficiência, tachando-as de incapazes de realizarem atividades comuns feitas por qualquer indivíduo, por serem diferentes das demais pessoas.

A Constituição Federal de 1988 proclamou como dever do Estado que a educação é um direito de todos, portanto, deve-se observar o atendimento às pessoas com deficiência, e que nesse atendimento tenha-se a preocupação com a qualidade do ensino, sendo assim, a lei entra em vigor trazendo benefícios à população que sempre viveu à margem da sociedade, como se vê:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...];

VII - garantia de padrão de qualidade [...]. (BRASIL, 1988, p. 24).

Quanto à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas é necessário que os profissionais estejam preparados para recebê-las e que propiciem condições e possibilidades para um tratamento igual ao recebido pelos demais alunos.

Em muitas situações é por meio dos estudos que as pessoas conquistam seus ideais, como ter uma profissão e viver dela dignamente, assim, os indivíduos com necessidades especiais também têm o direito de serem capacitados para uma profissão, para que possam competir profissionalmente no mercado de trabalho, pois para conseguir instalar-se no mercado exige-se capacitação. Qualquer pessoa com deficiência tem o direito de assegurar um emprego e desenvolver suas habilidades, considerando as especificidades da deficiência. Para que haja desenvolvimento em benefício das pessoas com deficiência, a lei dá o direito do

auxílio da medicina, assistência, psicólogos e outros recursos que ajudam na inclusão social, com igualdade e respeito.

Conforme a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul (1989), a adequação dos currículos, os métodos, as técnicas e o material de ensino são necessários para o melhor atendimento dos alunos com deficiência. Então, esta clientela que já sofreu com preconceito e discriminação por muitos anos, neste atual contexto, passa a ter maiores oportunidades na inserção social, um novo desafio para educação a fim de possibilitar-lhes oportunidades irrestritas, com o intuito de serem respeitados na sociedade. O ensino inclusivo requer o empenho de todos os envolvidos no processo educativo, como a escola, a família e a comunidade em um trabalho de parceria. Para efetivação desta parceria, é necessária uma avaliação diária, criteriosa, com destaque na parte pedagógica, respeitando cada dificuldade do aluno, considerando os aspectos da potencialidade do mesmo, além de dar ênfase para as possibilidades de desenvolvimento. Mas para desenvolver um trabalho com qualidade, primeiramente, é necessário que haja pessoas dispostas e motivadas a ensinar crianças debilitadas psicológica, mental e biologicamente.

O sistema de ensino precisa assegurar um processo de ensino/aprendizagem adequado para atender todos os alunos, com qualidade. Os profissionais do ensino regular devem estar aptos para trabalhar com estudantes que necessitam de uma atenção maior no acompanhamento dos estudos na classe comum. Para o desempenho dos alunos ser melhor, visando a reabilitá-los e integrá-los na sociedade, é necessário desenvolver meios que promovam uma vida independente, em condições de igualdade.

Para a construção de uma educação inclusiva faz-se necessário, primeiramente, uma pedagogia diferenciada, que propicie ao aluno um ensino de qualidade. No entanto, não há um método pronto para atender a cada especialidade educacional de aluno com deficiência. Pode-se utilizar recursos adaptados para cada especialidade, a fim de proporcionar e melhorar o atendimento por meio de recursos que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, para os alunos terem um desenvolvimento melhor em sala de aula, é preciso que o professor busque uma conduta de responsabilidade com o educando e não olhá-los como pessoas com deficiências, mas sim como um ser no mundo.

Logo, a sala de recursos é um espaço que contém equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do alunado, com a finalidade de proporcionar a complementação do atendimento educacional estudado no ensino regular. O aluno precisa ser atendido individualmente ou até mesmo em pequenos grupos, por um professor especializado, em horário diferente da frequência ao ensino comum.

A pesquisa foi feita em uma escola do município, sendo que a pesquisa deu-se com a observação e a entrevista semi-estruturada com a professora, momento em que houve uma boa receptividade da escola e da professora com a pesquisadora.

A realização da entrevista objetivou compreender como os profissionais da educação especial estão se organizando nas salas de recursos para atender o processo de inclusão, bem como, verificar a aceitação e expectativa dos professores em relação a esse processo.

Conhecer o processo escolar dos alunos na sala de recursos é de extrema importância para verificar como é o ensino na sala de aula e quais os resultados mais eficazes deste ensino. Para atingir este objetivo foi organizado um roteiro de questões para proceder a entrevista com a professora. Abaixo, estão listados os itens do roteiro para a entrevista com a professora:

- Objetivo da sala de recursos no paradigma da inclusão escolar.
- Elaboração do planejamento das aulas.
- Organização e seleção de conteúdos para trabalhar com os alunos.
- Estratégias utilizadas para trabalhar com os alunos nas diversas deficiências.

- Função e utilização do material didático na sala de recursos.
- Procedimento de avaliação utilizado para acompanhar os alunos na sala de recursos.
- Relacionamento entre alunos e professor e entre os alunos na sala de aula e em outros momentos escolares.
- Aceitação dos alunos em frequentar a sala de recursos.
- Principais dificuldades enfrentadas no processo ensino e aprendizagem.
- Prioridades ao trabalhar com as seguintes deficiências: surdez, visual e mental.

Após definição do roteiro para a entrevista, buscou-se aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho da professora. Inicialmente, foi verificada sua formação e situação profissional. Constatou-se que a professora Maria<sup>3</sup> é aposentada em um concurso de professora e contratada para trabalhar na sala de recursos há seis anos. Seu curso de formação é Pedagogia.

A entrevista foi agendada previamente com a professora. Ela definiu que seria no horário de sua aula. Observo que ao optar para que a entrevista fosse no horário de sua aula ela se organizou para que os alunos tivessem atividades para não ter prejuízo no atendimento ao aluno. Quando a pesquisadora chegou para realizar a entrevista, a professora se mostrou prestativa e atenciosa.

No momento da observação, a pesquisadora constatou que havia quatro crianças com deficiência mental e uma com surdez. No decorrer da pesquisa, passou a ser sete alunos com deficiência mental e permanecendo um aluno com deficiência auditiva, não havia outras deficiências na sala.

Verificou-se os instrumentos utilizados para trabalhar cada deficiência, o esperado na surdez tem como pressuposto “ouvir”, é suprida essa falta de audição por meio do uso da Língua de Sinais – LIBRAS. Para a deficiência mental é feito um trabalho com texto para que a criança possa entender seu pensamento e aplicá-lo na prática, respeitando o quadro de inteligência de cada aluno. Logo se percebe que os professores ainda não estão preparados para as diferenças individuais, falta muito para melhorar na inclusão escolar. Quando se fala sobre classes heterogêneas, sonha-se com a homogeneidade como consequência mais direta e cria-se a categoria dos excluídos. Um cenário que passa longe do discurso sobre formação para cidadania, igualdade e respeito às limitações de cada deficiente. As dificuldades são muitas e a superação ainda maior, para haver respeito a essas pessoas discriminadas pela sociedade, necessita de muito trabalho baseado nas teorias, no amor e também na paciência dos professores para lidar com as dificuldades enfrentadas com a deficiência desses alunos que precisam de um apoio maior para mostrar suas habilidades e potencial.

## 2.1 A Relevância da Sala de Recursos no Processo de Inclusão Escolar

Segundo Maria Teresa Eglér Montoan (apud FÁVERO; PANTOJA, 2007), a sala de recursos tem como objetivo uma educação que não seleciona os alunos em função das diferenças e enfatiza o respeito para construção de uma sociedade igualitária. Sendo assim, a valorização do “aluno padrão” foge do paradigma da escola e passa a incluir todos os alunos, independente da cor, raça, sexo e deficiência, mas também pressupõe a existência de um método de ensino e aprendizagem para que todos os alunos assimilem o conteúdo trabalhado em sala. Deste modo, a educação inclusiva tem como ideia oportunizar a aprendizagem escolar para todos, destacando-se o respeito e aceitando as diferenças.

<sup>3</sup> Nome fictício, preservando a identidade da professora.

De acordo com a resposta da professora Maria, percebe-se que o comprometimento da educadora é de direcionar os alunos para o ensino regular, a fim de obter um desenvolvimento igualitário com os outros estudantes e assim incluí-los no ensino regular. De acordo com as teorias da estudiosa e defensora da educação inclusiva no Brasil, Maria Teresa Eglér Mantoan (apud FÁVERO; PANTOJA, 2007), o aprendizado vai além de conteúdos, pois é uma aprendizagem a partir das diferenças e mostra que o aluno especial no ensino regular é igual perante os outros estudantes. Sendo assim, incluir alunos no ensino comum é uma tarefa muito criteriosa, pois necessita de muito apoio para o professor que leciona na sala de aula e que precisa estar apto para este trabalho de inclusão.

No decorrer da execução do planejamento, a professora avalia seus alunos. Sendo assim, o processo de avaliação da professora da sala de recursos condiz com o que acredita Mantoan (apud FÁVERO; PANTOJA, 2007), que diz que os alunos devem ser avaliados continuamente.

## 2.2 Elaboração, Execução e Avaliação do Planejamento de Ensino

Para se pensar no processo ensino e aprendizagem dos alunos, deve-se observar os alunos que serão atendidos em suas especificidades. Assim, para realizar o planejamento das aulas, reúnem-se as coordenadoras, as professoras da sala de aula regular e as da sala de recursos, nas sextas-feiras, com o intuito de respeitar a idade do aluno, além de organizar um trabalho que se volta para o atendimento na sua capacidade individual. Os conteúdos mais estudados são Língua Portuguesa e Matemática, visto que para ensinar Português a professora utiliza textos, visando mais a leitura e escrita, também é selecionado o material que trabalha a especificidade de cada aluno.

De acordo com Nisbett, Schucksmith e Dansereau (1978), as estratégias de aprendizagem são atividades ou procedimentos utilizados com o propósito de facilitar a aquisição, o armazenamento e ou a utilização da informação. Podem ainda ser definidas como processos conscientes controlados pelos estudantes para atingirem objetivos de aprendizagem, bem como qualquer procedimento adotado para a realização de uma determinada tarefa (apud SÁ; CAMPOS e SILVA, 2007).

Constatou-se que para a deficiência mental requer muito trabalho e paciência, pois o processo de inteligência de alguns alunos é lento e precisa ser respeitado. Para cada deficiência há um professor específico para auxiliar no trabalho escolar e melhorar o desempenho do aluno. Na deficiência mental, ensina-se mais a fixação dos conteúdos; com a surdez buscam-se materiais em que o aluno possa estudar a Língua de Sinais (LIBRAS); quanto aos educandos com Síndrome de Down desenvolve primeiro um trabalho de alfabetização, de conhecimento das letras do alfabeto, para, então, prosseguir nos textos. Para o deficiente visual todo o material é ampliado, a fim de que tenha um acompanhamento da aula.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan (apud FÁVERO; PANTOJA, 2007), a sala de recursos deve utilizar os seguintes recursos para o atendimento aos alunos especiais: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); ensino de Língua Portuguesa para surdos; código Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa e aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.

Nas crianças com baixa visão, a professora Maria utiliza material ampliado. Alguns teóricos, como Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria de Campos e Myriam Beatriz Campolina Silva (2007, p. 27) acreditam que os instrumentos para ensinar alunos com baixa visão ou

cegos é o uso do Braille e a utilização de recursos não-ópticos para os estudantes com baixa visão. Além da ampliação de textos, apostilas, acetado amarelo para diminuir a incidência da claridade sobre o papel, plano inclinado para que o aluno tenha conforto visual na realização das atividades e software com magnificadores de tela e programas com síntese de voz.

### **2.3 Relações Estabelecidas entre a Professora e os Alunos e entre Alunos com Alunos**

O segredo do bom ensino vem do entusiasmo do professor que enfatiza o amor em tudo que se faz na educação, além de ter um embasamento teórico, para compreender o procedimento da inclusão. E quando esse ensinamento vem mediante planejamento, metodologia adequada, o aluno aprende mais e melhor. Mediante esses esforços as aulas seguem com normalidade e respeito mútuo. Conforme se observa nas aulas ministradas pela professora Maria e de acordo com as respostas da mesma no relacionamento do professor com seus alunos e entre alunos com alunos.

O relacionamento da professora com os alunos, segundo a mesma, é bem tranquilo, pois em seis anos de trabalho na educação com alunos especiais nunca teve problemas de relacionamentos, visto que sempre respeitou as dificuldades dos educandos, devido à deficiência que o impossibilita de obter um conhecimento mais rápido. O processo de ensino e aprendizagem preciso ser lento para o melhor desempenho dos alunos, segundo a professora.

Conforme a Constituição Federal de 1988, todas as pessoas com deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível na sociedade em que vivem. Sendo assim, normalizar não quer dizer tornar normal, significa dar à pessoa oportunidades, garantindo seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.

### **2.4 Dificuldades Enfrentadas no Processo Ensino e Aprendizagem**

A integração de alunos com necessidades especiais na educação é um processo que envolve a permanência do educando na sala de aula, para que tenha uma aceitação do grupo. Mas para que o educando permaneça na sala de aula e tenha sucesso no rendimento escolar é necessário um trabalho voltado para a peculiaridade de cada criança.

No entanto, a professora da sala de recursos menciona que uma das maiores dificuldades enfrentadas no trabalho de ensino e aprendizagem foi a adaptação para o novo processo de ensino em que envolve mais pesquisa de conteúdo, em que o aluno aprenda as matérias por meio de texto e o educando tem que raciocinar mais para aprender. Já as dificuldades dos alunos no processo de aprendizagem, conforme a professora cita, dependem do raciocínio de cada um.

Logo, os alunos não tiveram nenhuma rejeição em aceitar frequentar as aulas na sala de recursos, pois são aulas interativas, respeitando o conhecimento do educando e as dificuldades enfrentadas pela deficiência, pois as aulas são realizadas com jogos, brincadeiras, informática, a fim de que o aluno não se canse do processo escolar.

### **2.5 Especificidades no Trabalho com as Deficiências: Mental, Surdez e Visual**

O trabalho realizado na sala de recursos para a deficiência mental, segundo a professora que trabalha com alunos com déficit intelectual, está em priorizar as disciplinas de Português e Matemática. Essas disciplinas requerem muitos estudos sobre textos, além de jogos, como bingos que envolvem palavras e números, no intuito do aluno raciocinar sem a utilização de procedimento como a memorização, em que o aluno fixa conteúdos momentaneamente,

decorando.

Diante das estratégias de ensino utilizadas pela professora, nota-se que a didática trabalhada na sala de recursos acontece dentro das expectativas da teórica Maria Teresa Eglér Mantoan (apud GOMES; FERNANDES; BATISTA et al., 2007), em que o aluno precisa ser incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, o educando pode aprender conteúdos advindos da própria experiência, por meio do exercício de atividades cognitivas, pois o objetivo da sala de recursos é propiciar condições para o aluno construir conhecimentos, dentro do quadro de inteligência em que se encontra, tornando-se um agente de produção de conhecimentos.

Para a deficiência visual, com alunos de baixa visão, o trabalho é realizado com material ampliado, além da utilização de figuras e objetos para manusear. Segundo as teorias de Elizabet Dias de Sá (2007) é necessário criar um ambiente que privilegie a convivência com diversos meios que dêem acesso à leitura, à escrita e aos conteúdos escolares em geral. Embora, na sala em que foi feita a pesquisa não tenha nenhum aluno com deficiência visual, a professora cita que quando há aluno com esta necessidade, desenvolve um ensino que explore os sentidos remanescentes como o tato, audição, paladar e olfato, de modo que o educando compreenda como é o processo de ensino por meio de suas especificidades mais peculiares.

Na sala de recursos, deve-se trabalhar com os surdos o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como uma complementação curricular específica, visando ao aprendizado da Língua Portuguesa e Matemática. Caso o professor que leciona na sala de recursos também tenha surdez, favorece a interação entre aluno e professor. Para Mirlena Ferreira Macedo Damázio (2007, p. 25), o momento de atendimento na sala de recursos em Libras, todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares devem ser explicados nessa língua, por um professor, preferencialmente surdo. Diante destas afirmações, o trabalho com Libras por um profissional surdo favorece o conhecimento, sendo assim, com o desenvolvimento dos sinais, o aprendizado será mais satisfatório para os mesmos.

### 3. 1 Deficiência Física

Todas as adaptações são necessárias para que o aluno consiga participar com autonomia das atividades realizadas na sala de aula, embora o professor precise ficar atento e avaliar o nível de participação do aluno. O professor poderá realizar muitas ações na sala de aula, utilizar material confeccionado para aprendizagem e interação do aluno com o grupo.

Para atender esta diversidade é preciso melhorar a estrutura arquitetônica de modo que o deficiente físico possa viver melhor na sociedade. Para a participação ativa do aluno com deficiência física nas atividades escolares faz-se necessário ambiente adequado para garantir sua participação e bem-estar. Nessa perspectiva, as adaptações trazem mais autonomia para o aluno se movimentar no ambiente em que estuda, além de ser um direito garantido por lei que os educandos com deficiência tenham acesso a todos os espaços da escola.

### 3. 2 Deficiência Mental

O aluno com deficiência mental demonstra uma dificuldade maior de raciocínio lógico e por isso enfrenta mais problemas de convivência na sociedade. A grande dificuldade das pessoas com essa deficiência é o medo da indiferença que é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelos indivíduos com retardo mental.

A sala de recursos da escola pesquisada atende sete alunos com deficiência mental. Essa instituição vem desenvolvendo um trabalho que promove o atendimento complementar da sala de aula regular. A professora que ensina os alunos, disse ter pouca experiência em

lidar com alunos com deficiência intelectual, e mencionou que trabalha com o senso comum, pois fez poucos cursos específicos para esta área, no entanto, mostrou entusiasmo em ensinar os seus alunos.

Sendo assim, refletir sobre esta deficiência, mostra que o trabalho precoce e a preocupação em obter resultados positivos com os estudantes que têm deficiência intelectual. Emitem um exercício de muito comprometimento e consciência em dar oportunidades a essas pessoas e mostrar suas potencialidades, mas, para isso, necessita de muito trabalho para o desenvolvimento da inteligência.

### 3. 3 Deficiência Visual

A pessoa com deficiência visual é extremamente prejudicada na educação escolar, pelo fato de que as instituições dão privilégios à visualização em todas as áreas do conhecimento, como os livros ilustrados, lousa, e outros recursos. As desvantagens das pessoas cegas de não enxergarem o mundo a sua volta, podem ser superadas quando se usam recursos didáticos que auxiliem e estimulem a construção do conhecimento e, com isso, passam a observar melhor o que ocorre no ambiente, pois a vontade de aprender é a mesma em relação ao educando que enxerga. Quando faltam estímulos e recursos adequados para reforçar a aprendizagem, pode acarretar um comportamento passivo, sem interesse e motivação.

O trabalho em sala de aula com alunos com baixa visão resume-se, no princípio, em estimular o potencial da visão e superação das dificuldades, pois a interação com o aluno com baixa visão faz com que o professor estimule seu interesse em desenvolver atividades que facilitem a exploração dirigida, que proporcione prazer e motivação, pois o desempenho visual está relacionado à aprendizagem.

Portanto, a inserção das pessoas com deficiência visual no ensino regular permite e facilita sua interação no meio social, pois a inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino para melhorar a vida das pessoas com deficiência. Mas a maior transformação precisa ocorrer na escola, cabendo à escola adaptar-se às necessidades dos alunos e não os alunos se adaptarem ao ensino da escola, para que assim haja, de fato, a integração social no ensino regular dos alunos com deficiência e com isso viver dignamente na sociedade e serem respeitados como seres humanos.

### 3. 4 Surdez

Quando a sociedade cria um modelo a ser seguido é bem visto por todos, e o que foge deste padrão é visto como diferente, sendo assim, passa a ser considerado como inferior. Deste modo, é mais fácil normalizar o diferente, e quando isso não é possível, escondê-lo fica sendo a melhor solução. O esconder pode ser visto como “uma pessoa anormal”, e nesta anormalidade a sociedade encaixa, por exemplo, as pessoas com necessidades especiais, incluindo os surdos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível observar como é o atendimento na sala de recursos, quando a professora ensinava alguns sinais por meio de jogos no computador, além de trabalhar com o jogo da memória, cruzadinha, forca, alfabeto móvel, salada de frutas, dominó. Na sala, havia somente um aluno surdo e a comunicação entre professor e aluno era feita pelos sinais, embora o mesmo tivesse dificuldades para compreender os sinais que a professora demonstrava, pois ainda estava aprendendo como se comunicar com a Língua de Sinais.

Diante desse estudo, que mostra tantos recursos utilizados para se trabalhar em

benefício dos alunos com deficiência, percebe-se que a escola inclusiva não é feita de boas intenções. É feita de ações concretas, que possibilitam a todos os alunos o aprendizado, independente de sua condição, para a construção de uma escola que adote um projeto coletivo, em que todos apoiem a inclusão com responsabilidade.

Nesta perspectiva, a inclusão é vista como uma provocação, cuja intenção é vista pelos defensores desta causa, uma melhoria na qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula. Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora, que provoca uma crise escolar, abala a identidade dos professores e faz com que seja respeitada a identidade do aluno, pois a escola inclusiva não fixa modelos ideais, permanentes, essenciais de aluno, mas aceite-o como um sujeito que necessita de conhecimentos.

### **Considerações Finais**

Por muitos séculos as pessoas com deficiência não foram valorizadas e respeitadas como cidadãos, sendo segregadas e rejeitadas pelas outras. Hoje, existe uma sociedade mais democrática, com consciência avançada em relação a seus semelhantes. Esses fatores reunidos propiciaram a chamada inclusão social, que originou, seja por motivos financeiros ou mesmo morais ou ideais, a tendência de incluir todas as pessoas na vida social, de forma justa.

Assim sendo, a sala de recursos é um ambiente que se constitui de equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos que colaboram para o desenvolvimento do educando. O trabalho observado na sala de recursos da escola mostrou seriedade por parte da professora, com aulas bem planejadas, no intuito de ajudar no processo escolar dos alunos que frequentam a sala de recursos. É um atendimento com alunos de diversas faixas etárias, no turno inverso ao do ensino regular, pois o objetivo é fazer com que os alunos participem da escola e da comunidade escolar.

Portanto, sala de recursos e inclusão escolar são parâmetros que seguem os mesmos princípios de acolher a todos, com bibliotecas inclusivas, banheiros inclusivos, projeto pedagógico inclusivo, e, principalmente, professores inclusivos. Para que não haja divisão entre ensino especial e ensino regular, pois a sala de recurso prepara os alunos com deficiência para adentrarem no ensino comum. O ensino é para todos, respeitando as particularidades e as diferenças, no intuito de formar uma educação solidária, participativa e acolhedora.

Mas para isso, a inclusão começa na família, pois é ela que ajudará na formação da criança com deficiência que precisa de cuidados especiais, com orientações e grupos de apoio para que possa incluir os alunos junto à comunidade. É um trabalho em conjunto, visto que não basta só incluí-los na escola se não orientar a sociedade e os pais a ajudá-los a terem uma vida normal. Com isso a família não fica insegura do futuro e com complexo de culpa, rejeição e revolta, já que o momento que se instala a certeza da deficiência na criança, o pensamento dos pais se volta no combate à discriminação e ao isolamento do indivíduo.

Portanto, ainda falta muito a fazer para que a educação brasileira adquira a qualidade que tanto almeja. Espera-se, pois, que haja empenho e responsabilidade dos educadores em acolher os alunos com dedicação, porque a inclusão é exigente e implica uma organização pedagógica diferente da tradicional, assim como os professores precisam se adaptar e interpretar esta nova modalidade de ensino que exige mais do profissional.

Sem dúvida, há muitos desencontros e desrespeito às leis que tratam da inclusão e perguntas para serem respondidas, tais como: Será que os professores estão preparados para a inclusão? Como ensinar numa turma inclusiva? São questões que merecem ser pensadas e respondidas em outro estudo.

Pois há inúmeras iniciativas de ajudar a educação inclusiva, como a informática que é um meio de apoio que pode contribuir e melhorar a vida de pessoas com paralisia cerebral, por exemplo, pois esta iniciativa beneficia alunos com limitação motora e por intermédio de ferramentas como a informática há possibilidades de interagir na escola.

Diante das informações obtidas sobre a sala de recursos recomenda-se que haja professores qualificados e sensíveis às diferentes exigências de aprendizagem, proporcionando condições de trabalho, materiais que os capacitem para o ensino de diversos grupos de alunos.

Logo, nota-se que sem a inclusão as crianças com deficiência são vítimas da exclusão dos sistemas educativos e correm o risco de perder a oportunidade de serem educadas. Por isso, a responsabilidade de incluir não é só dos governantes, mas de toda a sociedade que busca oportunizar a todos, independente de ser ou não pessoa com necessidades especiais, condições de conhecer, aprender, viver e ser, num ambiente livre de preconceitos que estimule suas especialidades para ser um cidadão.

Com o apoio da sala de recursos na inclusão, espera-se que esta iniciativa seja aberta, eficiente, democrática, solidária e com certeza, por meio desta prática, os benefícios serão muitos, os quais serão abordados em outros estudos científicos.

## Referências

- ACETI, Débora Cristina Siqueira. *O amparo legal aos portadores de necessidades especiais*. Disponível em: <[http://www.unianhanguera.edu.br/programasinstit/Revistas/revistas2006/pdf\\_docente/O%20amparo%20legal%20aos%20portadores.pdf](http://www.unianhanguera.edu.br/programasinstit/Revistas/revistas2006/pdf_docente/O%20amparo%20legal%20aos%20portadores.pdf)> Acesso em: 07 set. 2008.
- AMATO, Domingos. *Em dia com a legislação estadual*. 2001. Disponível em: <<http://www.diariooficial.hpg.com.br/resolucaose952000.htm>> Acesso em: 14 out. 2008.
- ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro (Org.). *Pesquisa em educação: concepção, trajetória e memórias*. Campo Grande, MS: Uniderp, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Estadual do Mato Grosso do Sul*. Brasília, DF: Gráfica da Assembléia, 1989.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- DINIZ, Margareth e RAHME, Mônica. Da educação especial à educação inclusiva. In: DINIZ, Margareth e VASCONCELOS, Renata Nunes (Org.). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores*. Belo Horizonte, MG: Formato, 2004.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- GOMES, Adriana L. Limaverde e outros. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. *Portadores de deficiência: a questão da inclusão social*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnica de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Org.). *Inclusão: compartilhando saberes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MINAYO, PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

ONU. *Declaração dos direitos das Pessoas Deficientes (1975)*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso 10 mai. 2009.

ONU. *Declaração de Salamanca*. Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/lex63.htm>. Acesso 16 mai. 2009.

SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina (Org.). *Atendimento Educacional Especializado: deficiência visual*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

SALVI, Inez. *A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional*. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev01-02.pdf>> Acesso em: 07 set. 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Org.). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia, BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; MACHADO, Rosângela. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência física*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.